

A esta proposição em exame foi apensada a Proposta de Emenda à Constituição nº 318, de 1996 de autoria do Deputado PAULO GOUVÊA e outros, que altera o artigo 29 e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A referida PEC estabelece competência para julgamento de prefeitos, em casos de crimes comuns, para o Tribunal de Justiça e, nas infrações político-administrativas, para a Câmara Municipal.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com o mandamento regimental da Câmara dos Deputados (art. 32, III, *b* e art. 202), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação se pronuncie acerca da admissibilidade das propostas de emenda à Constituição em epígrafe.

As proposições foram legitimamente apresentadas, tendo sido confirmadas pela Secretaria-Geral da Mesa 176 (cento e setenta e seis) assinaturas válidas à PEC 165, de 1995 e 171 (cento e setenta e uma) à PEC 318, de 1996.

Não vislumbramos qualquer afronta às cláusulas pétreas previstas no § 4º do art. 60 da Constituição Federal, uma vez que não se observa nas proposições nenhuma tendência para abolição da forma federativa do Estado, do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação dos Poderes ou dos direitos e garantias individuais.

No que se refere à técnica legislativa das propostas, faz-se necessária a apresentação de substitutivos incluindo a expressão “(NR)” no final dos dispositivos alterados e acrescentando a cláusula de vigência, exigências da Lei Complementar nº 95/98, que trata da elaboração das leis.

Ademais, julgamos ser preciso corrigir, na PEC 165, de 1995, o número do inciso alterado de VIII para X. Parece-nos, pela leitura da

justificação da proposição, que os autores em momento algum quiseram revogar o mandamento do inciso VIII do art. 29, que trata da inviolabilidade dos vereadores, na verdade, o que os Deputados pretendiam era alterar a redação do atual inciso X do art. 29, que dá competência exclusiva ao Tribunal de Justiça para julgar o prefeito.

Assim, no substitutivo respectivo procedemos à alteração do texto original da PEC 165, de 1995 para corrigir erro, que julgamos ser de redação.

Isto posto, não estando o País sob a vigência de estado de defesa, estado de sítio ou intervenção federal, nosso voto é pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 165, de 1995 e da Proposta de Emenda à Constituição nº 318, de 1996, nos termos dos substitutivos em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2000.

Deputado NELSON OTOCH
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 165, DE 1995

Dá nova redação ao inciso X do artigo
29 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso X do art. 29 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. (...)

X – processo e julgamento do Prefeito:

- a) perante a Câmara Municipal, nos crimes de responsabilidade;
 - b) perante o Tribunal de Justiça do Estado, nos crimes comuns;
- (NR)”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2000.

Deputado NELSON OTOCH
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 318, DE 1996

Altera o artigo 29 e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, para estabelecer competência para julgamento de Prefeitos.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso X do art. 29 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. (...)

X – julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça nos crimes comuns e pela Câmara Municipal nas infrações político-administrativas fixadas na Lei Orgânica. (NR)”

Art. 2º Fica acrescentado ao art. 29 da Constituição Federal o seguinte parágrafo único:

“Art. 29. (...)

Parágrafo único. O rito do julgamento a que se refere o inciso X, *in fine*, deste artigo será fixado em Lei Orgânica, respeitado o direito de ampla defesa.”

Art. 3º Fica acrescentado ao Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias o seguinte art. 76:

“Art. 76. Até que sejam fixadas as infrações político-administrativas de que trata o art. 29, X desta Constituição, vigorarão aquelas dispostas no art. 4º do Decreto-Lei 201/67.

Parágrafo único. O rito do art. 5º da norma a que alude o *caput* deste artigo será adotado até que se cumpra o disposto no parágrafo único do art. 29 da Constituição Federal.”

Art. 4º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2000.

Deputado NELSON OTOCH
Relator